

PROGRAMAS DE INCLUSÃO: DIFERENTES POLÍTICAS DE JUVENTUDES PARA DIFERENTES PERFIS DE JOVENS “EXCLUÍDOS”.¹

Mariana Lins de Oliveira (UFPB) – mariloliveiras@gmail.com

Ruy de Deus e Mello Neto (FAPESP) – ruydedeus@gmail.com

INTRODUÇÃO

Este trabalho é fruto de pesquisas desenvolvidas na pós graduação em educação da UFPE e da FEUSP que têm como temas principais a questão das políticas públicas de inclusão-exclusão de jovens, tanto no âmbito da educação básica, como no ensino superior. As pesquisas buscaram focalizar os processos de classificações normalizadoras das políticas de inclusão de jovens do governo brasileiro nas últimas décadas. Mais especificamente, apresentaremos os resultados dos trabalhos de Oliveira (2011; 2015) e Mello Neto (2015), com o objetivo de problematizar as diferentes concepções de jovens adjacentes a estas políticas.

As políticas representam uma ação do Estado que implica em um determinado referencial normativo (AZEVEDO, 2003). Nesse sentido, quando pensando no processo de definição de uma política pública, se faz necessária uma maior observação ao espaço social em que a política emerge – considerando, para isso, tanto aspectos econômicos, como culturais e simbólicos prevalentes no período histórico específico. São tais aspectos quem materializam o projeto de sociedade que, por sua vez, é chamado por Azevedo (2003), de “referencial normativo global”. Todo projeto de sociedade é constituído por forças sociais e políticas. Forças que procuram levar suas inquietações e seus interesses até a agenda estatal, influenciando na formulação e implementação dos “programas de ação” concretos. Nessa perspectiva, pretendemos demonstrar ao longo desse artigo, as formas de interações que temos estabelecido junto aos jovens e que decorrem de uma concepção dos modos pelos quais praticamos a ação política e o próprio exercício do governo. Ou seja, problematizaremos o uso de determinadas categorias de juventude excluída enfatizando o posicionamento do governo federal e a definição de políticas específicas para diferentes grupos de jovens.

Para atingirmos nosso objetivo vislumbramos discutir as políticas e os diferentes perfis de juventude adotada pelo governo federal. É importante frisar que os programas governamentais têm eleito o grupo de jovens pobres, moradores das periferias, como os

¹ Uma versão brevemente modificada do texto foi submetida e aceita para publicação na Revista Tópicos Educacionais (UFPE) sob o título de “UMA OU OUTRA INCLUSÃO: diferentes políticas de juventudes para diferentes perfis de jovens “excluídos”.

principais sujeitos a serem contemplados nas ações de “inclusão”. Nesse sentido, por questões metodológicas, resolvemos selecionar programas que apresentam ações com ênfase no ensino superior e outros que estão voltadas para a questão da juventude e o trabalho. Observamos que tais ações ora tratam as juventudes como “protagonistas sociais”, ora, como jovens em “situação de risco” que requerem algum tipo de inclusão.

O debate sobre a inclusão tem funcionado como um imperativo no campo educacional. Tanto as instituições de ensino, como os movimentos sociais convergem seus discursos a favor da “inclusão de todos”. A defesa da inclusão faz parte de mais uma das metanarrativas que emergem no bojo da modernidade. O problema das metanarrativas é seu funcionamento a favor dos universalismos e de uma verdade primeira. Entendemos que o binômio inclusão-exclusão é tratado pelas teorias educacionais como oposições capazes de serem superadas (SILVA, 1994). Ou seja, como se fosse possível sair da condição de excluído e para ir para a de incluído. Concordamos com Silva (1994), quando nos provoca a (re) pensar esses binômios não mais como categorias que carregam uma certa essência ou um significado último, mas como termos flutuantes, relacionais.

Neste trabalho partimos do pressuposto de que as políticas de inclusão que têm pautado a juventude, no Brasil, se configuram não só como reguladoras da população jovem, mas também como dispositivos biopolíticos. Assim, mesmo que elas apresentem caráter progressista, as políticas de inclusão escolar tendem a funcionar como dispositivo a serviço da segurança das populações, ou seja, “ao fim e ao cabo a inclusão escolar tem em seu horizonte a diminuição do risco social” (VEIGA-NETO; LOPES, 2007, p. 949). Dessa maneira, no caso específico de grande parte das políticas de juventude, é justamente a noção de risco que permite operar o binômio inclusão-exclusão como forma de regulamentar as dimensões centrais da vida dos segmentos juvenis. A noção de risco permite realizar cortes, no interior da sociedade, favorecendo a delimitação de corpos populacionais que, por sua vez, serão avaliados como passíveis ou não de inclusão pelas políticas governamentais.

POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE: ESTRATÉGIA DE CONTROLE DE CONDUTAS

Uma política para um setor é constituída a partir de uma questão que se torna “socialmente problematizada e exige a atuação do Estado” (AZEVEDO, 2003, p. 61). Cada setor é formado por diferentes grupos, com diferentes projetos e demandas específicas. Esses grupos entram num embate de forças para ocupar a pauta das agendas dos governos. Esse

embate será vitorioso ou não, de acordo com o nível de organização, articulação e pressão de cada grupo. A forma de intervenção do Estado pode ser entendida como um processo de regulação específica em cada setor. Ou seja, é através da formulação de uma dada política setorial que o Estado passa a regular uma determinada questão social.

Visando uma maior compreensão da lógica que perpassa o processo de inclusão-exclusão juvenil, faz-se necessário levar em consideração o contexto específico da reconfiguração do papel e das estratégias de regulação no âmbito governamental. Para tanto, torna-se fundamental a investigação do modo como as políticas se materializam concretamente, estas que, a partir das orientações normativas que circulam em uma dada configuração social, instituem discursos que servem de base para a adoção de estratégias regulamentadoras por parte dos sistemas políticos. De tal maneira, na medida em que há uma interconexão entre aquilo que tende a se tornar uma representação normativa e o próprio impacto das ações políticas (AZEVEDO, 2003; SPOSITO; CARRANO, 2003), a conformação das ações e programas públicos não sofrem apenas os efeitos de concepções, mas pode, também, provocar modulações nas imagens dominantes sobre os sujeitos jovens.

Em que pese o maior ou menor predomínio de determinadas tendências ao longo da história, algumas formulações em torno dos segmentos juvenis têm sido mais fortemente reiteradas no Brasil (SPOSITO, 1997). Em linhas gerais a juventude brasileira vem sendo tematizada, ela mesma, como um “problema social”, sendo evidente a prevalência de uma concepção conservadora que se expressa, exemplarmente, na separação sistemática entre a criança, o adolescente e o “outro”. Não mais criança ou adolescente, mas delinquente, perigoso, real ou virtual ameaça à ordem social (FREITAS, 2008; 2009).

Nesse sentido, entendemos que o uso de categorias classificatórias no interior das políticas de juventude configura-se como uma estratégia de gerenciamento das condutas (MITJAVILA, 2002), na qual noções como risco e vulnerabilidade são subentendidas como integrantes de um dispositivo mais amplo de regulação dos comportamentos das populações juvenis. Desse modo, as políticas de inclusão passam a aproximar os *iguais* e os *diferentes* num espaço comum, fazendo proliferar classificações normalizadoras para facilitar o governo dos mesmos (VEIGA-NETO; LOPES, 2007).

A inclusão emerge como uma prática política de governamentalidade funcionando como parte de um dispositivo de subjetivação no qual os indivíduos olham para si mesmos e para os outros, sem necessariamente tomar como referência as fronteiras que delimitam o lugar do normal e do anormal, do incluído e do excluído. Como resultado, afirma Lopes (2009, p. 159), transformam-se “os *excluídos invisíveis* em *excluídos anormais*”, o que produz deslocamentos

na forma de lidar com os segmentos juvenis na atualidade. Assim, os usos das palavras *inclusão* e *exclusão* implicam lógicas políticas distintas (CASTEL, 2007). Sendo assim, o segmento juvenil vem sendo comumente relacionado com problemas sociais como desemprego, pobreza e violência. E, com base nesse diagnóstico, o governo das suas três instâncias, tem se voltado para o desenvolvimento de políticas específicas. Essas políticas, sobretudo aquelas desencadeadas pelo Governo Federal, vêm assumindo um discurso particular acerca do que significa “as juventudes pobres” e suas necessidades (SPOSITO; CARRANO, 2003; DAYRELL, 2003; VITURI; ABRAMO, 2000).

Além disso, segundo Zaluar (1997), a exclusão vincula o econômico ao político e ao social, mas tem por referências a cidadania e a inserção na sociedade nacional. Com a ampliação da heterogeneidade social, de que nos fala Charterjee (2004), o uso do conceito perde parte de sua força analítica. As diferenciações passam a ser feitas a partir de relações governamentalizadas que põem em ação uma lógica classificatória que influencia o próprio modo como os problemas são percebidos, bem como a forma como os múltiplos atores passam a se movimentar no campo social e político. Assim, o sistema classificatório termina criando automaticamente processos de exclusão, ou, melhor dizendo: *processos de inclusão excludente*.

É preciso, portanto, ficar atento ao modo como são constituídos os espaços comuns entre “as comunidades ou grupos sociais, os processos de integração ou expulsão de cada um deles, e por fim, as relações internas entre os incluídos, assim como as relações entre a comunidade ou grupo dos incluídos e os grupos de igual ou de outra natureza”. (ZALUAR, 1997, s-p). Dessa maneira, algumas comunidades podem ter “processos de admissão, conversão ou inclusão bastante facilitados, e outras, critérios mais exigentes. [...] De qualquer modo, optar pela inclusão é optar por um patamar comum de identidade e pertencimento social, sobrepujando as diferenças” (ZALUAR, 1997, s-p).

AS POLÍTICAS DE JUVENTUDE NO BRASIL

É fundamentalmente no final dos anos 90, o momento em que assistimos a um “boom” (SPOSITO, 2007) das políticas voltadas as juventudes no Brasil. Este fato ocorre devido a importância adquirida pelos segmentos juvenis nos últimos tempos, bem como a relação que temos feito entre juventudes e situações de violência. Assim, os governos passam a pensar e executar políticas de “inclusão” voltadas aos jovens. O tema da juventude passa então a estar fortemente atrelado à criação de programas que visam a garantia do primeiro emprego via

qualificação profissional, bem como, programas de qualificação visando o mercado de trabalho. Com isso, o debate é orientado pelos temas do “controle do tempo livre” e “formação de mão-de-obra”. No caso do Brasil, mesmo no interior dos aparelhos de Estado, as políticas de juventude comportam pluralidade de orientações, podendo operar diferentes definições de prioridades em face de outras demandas. As políticas de juventude podem estar mais próximas de modelos participativos e democráticos ou serem definidas a partir do que, no Brasil, tradicionalmente foi designado como cidadania tutelada (SPOSITO & CARRANO, 2009, p. 07), pondo em ação orientações que rebatem diretamente sobre a forma como essas políticas vão equacionar suas relações com os segmentos juvenis.

Em síntese, como indica Abramo (2005, p. 20), a trajetória das políticas públicas de juventude “tem consolidada uma classificação das diferentes concepções sobre a juventude”, a saber: a) a juventude como transição e preparação para o mundo adulto, onde a política que se destaca é a da Educação; b) a juventude como fase problemática, ou seja, como uma ameaça a ordem social. A política que se destaca são as de prevenção e redução da violência; c) o jovem como ator estratégico do desenvolvimento onde aparece a noção de protagonismo juvenil. Aqui as políticas têm foco na formação de capital humano; d) por último, a juventude vista como sujeito de direitos, onde as políticas devem ser integradas e superar a visão negativa dos jovens.

Nessa perspectiva, é possível delimitar dois movimentos distintos em relação aos jovens brasileiros. De um lado, a juventude é abordada como uma espécie de reservatório de energias utópicas, portando um grande potencial para o desenvolvimento socioeconômico do País. Por outro, constata-se o estado de precariedade a que estariam submetidos os jovens. As ações desencadeadas fazem uso de um conjunto de categorias que oscilam entre um jovem apreendido como “protagonista” e um jovem como estando em “situação de risco” (CALAZANS, 2000; CUNHA 2003; ALMEIDA, 2001 apud SPOSITO, 2007). Nestas duas concepções os jovens não deixam de ser abordados como objeto das políticas. Ou seja, há um olhar que objetifica a vida dos jovens pobres, deixando de considerar nuances *outras* que permeiam as diversas juventudes pobres, consideradas excluídas.

Desse modo, visando discutir as políticas e os diferentes perfis² de juventude adotada pelo governo federal, decidimos, a título de ilustração, agrupar determinados programas em duas categorias que coadunam com a dicotomia “protagonista” *versus* “jovem em situação de

² Cientes de que selecionamos uma amostra não representativa de todos os programas e políticas de juventude existente

risco”, sendo elas: (1) ações com ênfase no ensino superior; e (2) ações voltadas para a juventude e o trabalho. O fizemos por entender que tais classificações, ainda que arbitrárias da nossa parte, podem servir ao intento de exemplificar as diferentes leituras possíveis ao conceito de juventude excluída.

Categorias	Programa	Objetivos	Público Alvo	Legislação
Categoria 1	Cotas Federais	Ampliar o acesso das camadas mais baixas às Universidades Federais e aos Institutos Federais de Educação, em especial ampliando a participação no ensino superior de pretos, pardos e indígenas (PPI), jovens de baixa renda e oriundos da rede pública de ensino médio.	Jovens com renda familiar per capita de até 1,5 salários mínimos e que tenham completado o ensino médio na rede pública de ensino (ou na privada com bolsa). Ainda conta com reserva de percentual de vagas à pretos, pardos e indígenas (PPI) variando de acordo com a Unidade da Federação a qual o estudante candidatou-se a uma vaga.	Lei nº 12.711, de agosto de 2012.
	Programa Universidade para Todos – ProUni.	Por meio do financiamento de vagas aos estudantes de baixa renda no ensino superior privado, pretende ampliar o acesso de jovens de baixa renda e oriundos da rede pública de ensino médio.	Jovens com renda familiar per capita de até 1,5 salários mínimos e que tenham completado o ensino médio na rede pública de ensino (ou na privada com bolsa).	Medida Provisória nº 213, de 10 de setembro de 2004, depois convertida na Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005.
Categoria 2	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec)	Expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional para a melhoria da qualidade do ensino médio público.	Jovens trabalhadores e beneficiários de programas de transferência de renda.	Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011.
	Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Projovem Urbano	Elevar a escolaridade de jovens com, visando à conclusão do ensino fundamental por meio da modalidade de Educação de Jovens e Adultos integrada à qualificação profissional e o desenvolvimento de ações comunitárias com exercício da cidadania na forma de curso.	Jovens com idade entre 18 e 29 anos, que saibam ler e escrever e que não tenham concluído o ensino fundamental.	Lei nº 11.692, de 10 de junho de 2008 e Decreto nº 6.629, de 4 de novembro de 2008.
	Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Projovem Trabalhador	Preparar o jovem para o mercado de trabalho e para ocupações alternativas geradoras de renda.	Jovens desempregados com idades entre 18 e 29 anos, e que sejam membros de famílias com renda per capita de até um salário mínimo.	Lei nº 11.692, de 10 de junho de 2008 e Decreto nº 6.629, de 4 de novembro de 2008.

Fonte: <http://www.juventude.gov.br>

Sobre a categoria 1, ela é marcada pela expansão ocorrida no ensino superior brasileiro durante as últimas décadas e a consequente necessidade de ampliação do acesso de jovens de baixa renda. Pesam a favor dessas políticas o fato de que a transição para o ensino superior, em linhas gerais, ocorra de modo que jovens de baixa renda terminem por não ter acesso às instituições públicas, transferindo-se para instituições privadas de baixo custo (INEP, 2012d; CUNHA, 2004; AKKARI, 2013; BORGES; CARNIELLI, 2005). Desse modo, assim como em outros países, as políticas de ação afirmativa foram consideradas como mola propulsora da fomentação de oportunidades a grupos historicamente não representados no ensino superior (FRANCIS; TANNURI-PIANTO, 2012b; OLIVEN, 2012; SCHWARTZMAN; SILVA, 2012), os quais são escolhidos tendo como critério de decisão a necessidade preeminente de realizarem a correção de fluxos de acordo com suas especificidades.

No caso brasileiro, “abrir a universidade para todos” pode significar uma estratégia biopolítica, pois o Estado passa a responsabilizar a todos pela inclusão. O que temos assistido é uma transferência de responsabilidades da União para diversas instituições, inclusive, organizações privadas (PROVIN, 2013).

Os dois programas focados no acesso de jovens de baixa renda (Cotas federais e ProUni), a condição preliminar definida pelo governo foi tal que garantisse o ingresso de jovens de renda abaixo de 1,5 salário mínimo *per capita* e que tivessem concluído o ensino médio em instituições públicas – ou enquanto bolsistas em instituições privadas –, podendo acrescer delimitações específicas de acordo com as definições de cada programa. Ou seja, se por um lado tais políticas se mostram em concordância com uma perspectiva inclusiva, por outro, não há em primeiro plano uma caracterização mais detalhada do tipo de estudante a ser contemplado por tais políticas. A restrição ao critério ‘renda + tipo de escolarização’ coloca em patamar de igualdade jovens das mais diferentes matrizes familiares. Com essas características, o programa assemelha-se ao defendido por Veiga-Neto e Lopes (2007), para quem, sob a tutela da bandeira de inclusão, acaba por ignorar as diferenças que fundamentam o processo de exclusão. Ou seja, esses programas visam apenas a escolha dos mais capacitados academicamente entre os estudantes de baixa renda.

Desse modo, o histórico familiar e social progresso não tem influência direta sobre a entrada ou não no programa – ao menos no que se refere diretamente ao processo seletivo –, sendo necessários apenas comprovação de renda, histórico escolar e bom desempenho no

exame de seleção (Enem). A contraditoriedade de tal fato reside em diversos elementos, entre os quais a ampla diversidade existente entre os estudantes da rede pública de ensino médio e a falta de restrição a instituições públicas de ponta, como escolas federais tidas muitas vezes como as melhores do país (Inep, 2012b). Além disso, corrobora também uma margem de renda ampla adotada pelos programas, que permitem grande variação no perfil dos candidatáveis³ à bolsa, o que mostra por um lado a diversidade de perfis possíveis dentre os candidatos, e por outro, o alto índice de concorrência por vaga inerente à quantidade de candidatos. Desta forma, a categorização de margens que definam especificamente o bolsista dos programas é algo que não passa pelo seu critério de seleção. Histórias, estrutura familiar, tipo de residência, situação laboral dos pais, índice de vulnerabilidade social etc., nada disso é levado em conta na seleção de candidatos aos programas. Ou seja, o jovem é selecionado majoritariamente em uma perspectiva meritocrática, como protagonista, sendo, por isso, tratado de maneira diferente das três demais categorias de políticas, nas quais, os jovens são entendidos como estando em “situação de risco”.

Nesse sentido, os programas ProJovem's e o Pronatec expressam os modos pelos quais as juventudes urbanas têm sido tratadas fundamentalmente, ou seja, um lado sob a categoria aluno e outra como futuro trabalhador. Os programas dispostos na categoria 2 são direcionados à aceleração da formação básica, tendo como ênfase a educação para o mundo do trabalho, bem como a inserção no mercado. Ou seja, trata-se de jovens cujo foco de inclusão está pautado exclusivamente em retirá-los da suposta situação de exclusão. O ProJovem, por exemplo, destina-se a jovens brasileiros de 18 a 24 anos, que terminaram a quarta série, mas não concluíram a oitava série do ensino fundamental (hoje o referente ao quinto e nono ano). Essa faixa etária foi considerada o grupo populacional mais vulnerável da sociedade brasileira, sendo o mais atingido pelas fragilidades do sistema educacional, pelas mudanças no mundo do trabalho e os mais destituídos das redes de proteção social (BRASIL, 2005).

Os programas ProJovem's e o Pronatec são endereçados ao contingente populacional juvenil que foi excluído de alguma forma do ensino regular - muitas vezes o próprio formato institucional o expulsa. Assim, destacando que a juventude continua sendo objeto das políticas governamentais, com um enfoque que não deixa de privilegiar a questão da “inclusão” e da “vulnerabilidade”, o desafio posto é que não raramente as ações dos programas acontecem em

³ Dentre os inscritos no Enem 2011 (Inep, 2012b) aproximadamente³ 90,9%³ possuem renda *per capita* menor que 1,5 salário mínimo (96,9% teriam renda menor que 3 salários mínimos *per capita*) e, no mínimo,³ 80,1% foram estudantes matriculados na rede pública de ensino médio – desta forma, 77,2% dos inscritos no Enem 2011 poderiam ser candidatos a uma bolsa integral do ProUni ou a cotista das universidades federais.

espaços e formatos idênticos aos que foram rejeitados pelos jovens ou espaços/práticas que os rejeitaram.

Um grupo de Programas (Grupo 2) foi endereçado a jovens moradores das periferias, afetados pelos apelos da sociedade de consumo, envolvidos em experiências de risco e situações de violência nos seus mais diferentes matizes. Enquanto o outro (Grupo 1) foi endereçado a jovens que chegaram a concluir o ensino médio e que se encontra em uma faixa de renda ampla. Ou seja, um grupo ‘em situação de risco’ e outro, de forma quase linear, escolhidos como os mais dignos de capacitação superior e de poder de transformação social. Em outras palavras, como apontam Oliveira e Mello Neto (2013), “tornam-se diferentes também as leituras sobre o sujeito de direito em cada caso” (p. 13), já que um grupo de jovens depende de pressupostos desqualificantes para ser incluso, enquanto outro partiu justamente de suas qualidades para justificar sua participação em um programa.

Assim, também segundo os autores (Op. Cit.), o direito à inclusão para um grupo de jovens é tido como o esforço de romper uma trajetória educacional familiar marcada pelo insucesso, enquanto o segundo grupo precisa encarar a política de juventude como uma oportunidade final de ruptura com o que os legisladores consideram ser um estado marginal de vida. Um é escolhido por ser merecedor e o outro por ser problemático, ou seja, “a percepção de incluído e excluído passa necessariamente pela realidade que o cerca”. (ibidem, p. 13).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sabemos que todo programa de ação está norteado por referenciais que trazem subjacentes compreensões específicas a respeito do problema social existente e sobre as orientações e meios destinados a solucioná-lo (AZEVEDO, 2003, p. 64). Esse referencial, por sua vez, também é resultante de uma construção histórica que se relaciona com os valores dominantes de um determinado período ou conjuntura. Daí a importância de procurar compreender o uso das categorias que vêm sendo mobilizadas para abordar os jovens na atualidade. A lógica inclusiva pressupõe o ordenamento dos grupos populacionais. Esse ordenamento ocorre por meio de operações de aproximação, comparação, classificação e atendimento das especificidades dos diferentes grupos populacionais. A lógica da ordem, por sua vez, segue os preceitos da biopolítica e do que Michel Foucault chama de governo das condutas (FOUCAULT, 2008). Em outras palavras, é preciso classificar os grupos populacionais de jovens para melhor controlar suas vidas.

Por fim, Sposito (2008) destaca que a condição juvenil é frequentemente pensada de forma diretamente relacionada aos processos de escolarização e a inserção no mercado de trabalho. Isto se deve a compreensão de que esta é uma fase da vida marcada pela busca de certa autonomia e de construção de elementos da identidade, bem como, de momentos de experimentação. Contudo, esses caminhos não devem ser tomados de maneira linear. Segundo a autora, mesmo que os jovens ainda valorizem a escola como instituição tradicional responsável, em parte, pelos processos de socialização, há, por outro lado, certa descrença e desinteresse nesta instituição – especialmente por um dos grupos observados.

Dessa maneira, apesar do discurso do respeito às diferenças e do respeito a diversidade, programas de inclusão ao ensino superior tendem a deparar-se com sujeitos sentindo-se ‘menos excluídos’ do sistema educacional do que seus pares nos demais programas. Ou seja, enquanto um grupo vai à busca de uma qualificação por meio de um espaço no qual ele foi bem recebido e obteve sucesso (a conclusão do ensino médio), o outro grupo se depara com um espaço no qual ele se excluiu ou foi excluído – pior, buscam essa formação sendo caracterizados como em “situação de risco”.

Podemos afirmar que de certa forma, a inclusão e exclusão são “faces da mesma moeda”. Isso quer dizer que são processos que não devem ser pensados separadamente, mas de forma relacional. O binômio Incluir- Excluir opera no interior de uma mesma maquinaria de poder. Nesse sentido, foi intensa nossa provocar uma problematização sobre as políticas de inclusão de jovens, sem que necessariamente, tenhamos que nos posicionar como contra ou favor destas. Nosso objetivo maior é que possamos (re) pensar os discursos que têm tomado conta do campo educacional, como o discurso da “inclusão de todos” para que possamos compreender como estes funcionam.

REFERÊNCIAS

- ABRAMO, H. W. **O uso das noções de adolescência e juventude no contexto brasileiro, Juventude e adolescência no Brasil: referências conceituais.** São Paulo, 2005.
- AKKARI, A. J. Desigualdades educativas estruturais no Brasil: entre estado, privatização e descentralização. **Educação & Sociedade**, Campinas, v.22, n.74, 2001, p.163-189.
- AZEVEDO, J.M.L. **A educação como política pública.** São Paulo, Autores Associados, 2003.

- BORGES, J. L. G.; CARNIELLI, B. L. Educação e estratificação social no acesso à universidade pública. **Cadernos de Pesquisa (Fundação Carlos Chagas)**, São Paulo, v.35, n.124, p.113-130, 2005.
- BRASIL. **ProJovem – Projeto Nacional de Inclusão de Jovens**. Brasília: Secretaria Nacional de Juventude, 2005.
- CASTEL, R. A. **Insegurança social - o que é ser protegido?** Rio de Janeiro, Ed. Vozes, 2005.
- CHATTERJEE, Partha. *The Politics of the Governed: Considerations on Political Society in Most of the World*, Columbia University Press, New York, 2004.
- CUNHA, L. A. Desenvolvimento desigual e combinado no ensino superior – estado e mercado. **Educação & Sociedade**, Campinas, v.25, n.88, p.795-817, 2004.
- FOUCAULT, Michel. **Segurança, Território e População**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- FRANCIS, A. M.; TANNURI-PIANTO, M. The Redistributive Equity of Affirmative Action: Exploring the Role of Race, Socioeconomic Status, and Gender in College Admissions. **Economics of Education Review**, Amsterdam, v.31, p.45-55, 2012.
- FREITAS, Alexandre S. O (des) governo da razão: biopolítica e resistência nas políticas públicas de juventude. SBS, Rio de Janeiro, 2009.
- INEP.SUPERIOR. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais “Anísio Teixeira”. **Microdados do Questionário Socioeconômico dos Inscritos do Exame Nacional de Ensino Médio 2011**. Brasília: MEC/INEP, 2012a.
- _____. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais “Anísio Teixeira”. **Microdados do Censo Escolar da Educação Superior 2011**. Brasília: MEC/INEP, 2012b.
- LOPES, H. **Inclusão escolar – conjunto de práticas que governam**. (org.). Ed. Autêntica, 2009.
- LOPES, M. C. Norma, Inclusão e Governamentalidade Neoliberal. In: BRANCO, Guilherme Castelo; VEIGA-NETO, Alfredo. **Foucault, Filosofia e Política**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.
- MELLO NETO, R. D. **Não vou me adaptar: um estudo sobre os bolsistas pernambucanos durante os 10 primeiros anos do Programa Universidade para Todos – ProUni**. (Tese de Doutorado – USP). São Paulo, 2015(tese não defendida).
- MITJAVILA, M. **O risco como recurso para a arbitragem social**. Tempo Social; Rev. Sociologia, Vol. 14, nº 02. USP- São Paulo, 2002.
- OLIVEIRA, M. L. **A Gestão dos riscos nas políticas de juventude: um estudo a partir dos egressos do ProJovem**. Recife: Universitária - UFPE, 2011.

- OLIVEIRA, M. L. **Políticas de juventude, governo da vida e educação: uma aproximação às ações de re(x)istência de jovens moradores das periferias na Paraíba.** (Tese de Doutorado – UFPE). Recife, 2015 (tese não defendida).
- OLIVEIRA, M. L.; MELLO NETO, R. D. As diferenças entre o dito e o percebido nas políticas de juventude do governo lula: caso ProUni e ProJovem original em Pernambuco. In: **Anais do XXVI Simpósio Brasileiro de Política e Administração da Educação - ANPAE**, Recife, 2013.
- OLIVEN, A. C. Inclusion Policies in the Brazilian System of Higher Education: the Public and the Private Sector. **Journal of US-China Public Administration**, Mei-Zhong Gonggong Guanli, v.9, p.1302-1310, 2012.
- PROVIN, Priscila. **Inclusão na Universidade: estratégias para o ingresso de “todos” no ensino superior.** In: KLEIN Rejane; FABRIS, Elí (Org.) **Inclusão e Biopolítica.** Belo Horizonte: Autêntica, 2013.
- SCHWARTZMAN, L.; SILVA, G. Unexpected Narratives from Multicultural Policies: Translations of Affirmative Action in Brazil. **Latin American and Caribbean Ethnic Studies**, San Diego, v.7, n.1, p.31-48, 2012.
- SILVA, T. T. (Org.) **O sujeito da educação: estudos foucaultianos.** Petrópolis: Vozes, 1994.
- SPOSITO, M. P. CARRANO, Paulo Cesar. **Juventude e políticas públicas no Brasil.** Revista Brasileira de Educação, São Paulo, v. 24, p. 16-39, 2003.
- SPOSITO, M.P. (Coord.) **Espaços Públicos e Tempos Juvenis.** São Paulo, 2007.
- VEIGA-NETO, A. & LOPES, M. C. **Inclusão e Governamentalidade.** In.: Educ. Soc. Campinas, vol. 28, n. 100 – Especial, out. 2007. pp. 947-963.
- ZALUAR, A. M. **Exclusão e Políticas Públicas.** Revista Brasileira de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, v.12, n.35, p.29 - 47, 1997.